

8. A educação de meninas na África



Apresentação do grupo cultural escolar de meninas, Zambézia, Moçambique

A África sub-saariana enfrenta problemas enormes para chegar à igualdade de gênero na educação e atingir as Metas de Desenvolvimento do Milênio relacionadas a educação e gênero. Por outro lado, a região também tem alguns dos exemplos mais inovativos e empreendedores de iniciativas que promovem a igualdade de gênero na educação. Este *artigo* enfoca a África sub-saariana e considera alguns dos obstáculos mais significativos que as meninas africanas encaram na luta para conquistar o direito a educação. O artigo também revisa as iniciativas mais significativas—aquelas que são “neutras em termos de gênero” e aquelas que enfocam especificamente a igualdade de gênero – o que vem possibilitando os países africanos superar estes obstáculos.

Como vão as meninas africanas?

Nem os meninos nem as meninas estão indo muito bem em muitos países africanos sub-saarianos, apesar da África ter alguns dos exemplos mais inovadores e dinâmicos de práticas bem sucedidas. Por exemplo, o Fórum pela Educação de Mulheres Africanas FAWE, representa uma rede africana ativa e dinâmica que trabalha para transformar a educação de meninas. Mas, mesmo onde as tendências em termos de matrículas são favoráveis, estas podem esconder problemas relacionados a como as meninas progredem nas escolas e concluem sua formação. Na África, as meninas freqüentam a escola na média durante apenas 2,82 anos antes de completar 16 anos de idade. Este dado é o menor do mundo. Apenas 46% das meninas que se matriculam na escola na África sub-saariana terminam o primeiro grau.¹

Continuando neste ritmo, a paridade de gênero, isto é números iguais de meninos e meninas na educação básica só será atingida na África sub-saariana até 2038. Estes dados não revelam nada sobre a igualdade de gênero geral nas escolas e ambientes afins. O projeto Além do Acesso desenvolveu o Índice da Igualdade de Gênero na Educação (GEEI) afim de contribuir na medição do progresso mais geral em termos de igualdade de gênero na educação. O GEEI mede a freqüência de meninas na escola primária, sua matrícula na escola secundária, e os níveis de igualdade de gênero que as meninas enfrentarão quando adultas em termos de serviços de saúde e renda.

Alguns países, como Botswana, Namíbia, e África do Sul têm hoje em dia um GEEI relativamente alto, maior do que 60 (de um máximo de 100). Isso representa uma conquista significativa, mas, o projeto Além do Acesso estima que um GEEI de 95 indicaria que as Metas de Desenvolvimento do Milênio estivessem sendo atingidas. Mesmo os países africanos com índices altos precisarão de fazer um esforço contínuo durante os próximos dez anos para chegar a 95. Outro conjunto de países, que inclui Uganda, Tanzânia e Gana têm um GEEI menor do que 60, mas têm visto um aumento contínuo durante os últimos dez anos. Isso é associado com uma ampla mobilização política e a implantação de novas metodologias de ensino e aprendizagem. Em alguns países, inclusive o Quênia e a Nigéria, que são demograficamente os maiores do continente, o GEEI diminuiu entre 1993 e 2003, e fica atualmente bem abaixo de 60. Estes enfrentam uma tarefa enorme para mobilizar as pessoas e os recursos financeiros para chegar a 95 até 2015.²

A África é um continente com muita diversidade, composto de mais de 50 países, que incluem um leque amplo de culturas, países relativamente ricos, países dependentes de ajuda externa, países castigados por guerras civis, democracias estáveis, países com uma população com escolaridade relativamente alta, e alguns com uma

¹ 8. *A educação de meninas na África*, Série Educação e Igualdade de Gênero, Contribuições do Programa. Oxfam GB. Dezembro de 2005

população quase analfabeta. Uma análise dos dados sobre as matrículas por país revela um leque amplo de várias experiências, com a Nigéria registrando apenas 30% das meninas nas escolas primárias (e 40% dos meninos), em contraste com Uganda que matricula bem mais do que 100%, tanto de meninos como de meninas.³ As meninas na África Central e Ocidental tendem a ter taxas de matrícula bem mais baixas do que os meninos. Na Guiné Bissau, por exemplo, pouco mais do que 60% das meninas e 100% dos meninos são matriculados na escola primária.⁴ Nas áreas remotas de Mali, por exemplo, as estatísticas do governo indicam que as taxas brutas de matrícula para meninas são tão baixas que estão próximas a 29%. Se as estatísticas de matrículas para as meninas rurais são tão baixas, pode-se supor que o número de meninas que *completam* a escola primária e secundária é extremamente baixo.

Generalizar sobre o estado da educação de meninas mesmo num único país pode muitas vezes dar uma impressão errada. Existem diferenças significativas dentro de cada país. O desenvolvimento educacional de meninas em diferentes regiões de Moçambique, por exemplo, varia muito por causa de fatores culturais, econômicos e geográficos. A religião, a distância de centros urbanos, as práticas de casamento, os padrões de migração, o castigo das doenças, as demandas sazonais de trabalho e os fluxos de caixa, entre outros fatores, contribuem para as diferenças em termos de matrícula e da retenção de meninas dentro do mesmo país.

Há mais países em conflito e “países de baixa renda sob estresse” na África do que em qualquer outra região. Estes países são caracterizados por um conjunto de políticas inadequadas, instituições e governos precários e violações de direitos humanos. Dos 17 países sub-saarianos nos quais as taxas de matrícula diminuíram na década de 90, seis conviviam com conflitos armados significativos, que colocaram especialmente as meninas em risco. Algumas estimativas mostram que 50% das crianças que não freqüentam a escola vivem em ambientes atingidos por conflitos. Países com um GEEI baixo também tendem a ter uma história de conflitos.

Educando meninas em países atingidos por conflitos

Os serviços (inclusive a educação) estabelecidos num contexto de emergências ou desastres são freqüentemente fornecidos sem considerar o gênero dos beneficiados, e muitas vezes involuntariamente excluem as meninas. Ocorre uma intensificação da vulnerabilidade de meninas em termos de segurança física e a exposição à violência em situações de conflito ou emergência.

Os países que estão saindo de um conflito armado representam grandes desafios para o trabalho. Contudo, países pós-conflito podem também gerar oportunidades singulares. Ruanda é um exemplo de um país no qual as agências de cooperação poderiam fornecer um apoio tangível ao novo governo e no seu compromisso com equidade e inclusão.

Os países onde um conflito acabou de terminar, como o Sudão, têm muitas vezes que encarar uma infra-estrutura social e física destruída ou precária. Geralmente são pouco práticos os debates para ajustar as políticas para incluir as meninas quando a grande maioria dos meninos não recebe nenhuma escolarização formal; mas mesmo assim ainda existem possibilidades importantes de promover a educação de meninas. O apoio fornecido a novas escolas, por exemplo, pode considerar aspectos que favorecem as meninas no processo de elaboração, tais como banheiros separados, paredes escolares, e acomodação para professores apropriada para as mulheres. O desenvolvimento do currículo deve incluir a compreensão de questões de gênero em todas as matérias, inclusive uma tentativa mais determinada para assegurar que todos os materiais de ensino e aprendizagem considerem as necessidades das meninas bem como as dos meninos.⁵

Pode-se, entretanto, identificar áreas gerais que precisam ser abordadas e apoiadas:

- O fornecimento de educação, por exemplo, escolas, cadeiras, e materiais didáticos.
- A habilidade de determinar as necessidades diferentes de meninas e meninos e um compromisso político com a educação de meninas.
- A capacidade administrativa nos ministérios de educação e no setor público geral.
- Remuneração, condições adequadas de trabalho e distribuição de professores, bem como a gerência escolar e o acompanhamento regional, levantamento e análise de dados.

Por toda a África sub-saariana, exceto alguns países, os doadores dominam o financiamento da educação, e tendem a ter mais influência sobre a política e a prática educacional do que em outras regiões. As taxas de crescimento demográficas são altas, com uma porcentagem maior da população com menos de 15 anos do que em qualquer outra região. A incidência de HIV, malária e tuberculose é maior na África do que em qualquer outra região, com repercussões significativas tanto para os sistemas escolares de muitos países como para alunas na idade escolar. Entretanto, uma análise especificamente local das diferenças vividas por meninas e por meninos, junto com um compromisso contínuo e recursos suficientes produz idéias e dinamismo para atrair e manter meninas nas escolas.

Iniciativas de igualdade de gênero têm sido impedidas por causa do processo de elaboração de políticas que subestima os custos econômicos para as famílias e as comunidades (especialmente os custos além das tarifas e os custos de oportunidades), e negligenciam as relações e as práticas no domicílio e na comunidade que são condicionadas pela maneira pelas quais homens e mulheres se relacionam. Estabelecer “ilhas de excelência” sem considerar as condições em outras regiões do país (inclusive restrições financeiras), e esperar que estratégias únicas resolvam os problemas, junto com planejamento e implementação inadequadas e uma falta de uma relação nítida entre as estratégias e os objetivos também impedem as tentativas de assegurar que as meninas e os meninos tenham oportunidades iguais.⁶

Uma abordagem dupla para conquistar o direito de meninas à educação

É preciso uma abordagem dupla que envolve dois tipos de intervenção para matricular as meninas e mantê-las nas escolas. Primeiro, fazer o sistema educacional funcionar tanto para meninas como para meninos é fundamental para melhorar as oportunidades e os resultados de meninas, especialmente no primeiro grau. Mas, enquanto este passo é essencial, não é por si só suficiente. A segunda intervenção de matricular mais meninas nas escolas e assegurar que elas completem a sua formação, exige uma abordagem que focaliza especificamente na meninas.

Sistemas educacionais acessíveis a meninos e a meninas

O compromisso de Uganda de ampliar o acesso à educação para todos é exemplificado pelo aumento nas matrículas no primeiro grau depois da implantação da Educação Básica Universal em 1997, subindo até 93 % para meninos e 90 % para meninas.⁷

Exemplos selecionados de outras intervenções que são “neutros em termos de gênero”,⁸ mas que se mostraram mais favoráveis a meninas, incluem reduzir a distância que os alunos têm que se deslocar para chegar na escola (por exemplo, no Níger e em Gana), a alfabetização inicial na língua materna (como ocorreu na Zâmbia) e a introdução de um programa de merenda escolar sustentável (como no Quênia).

A análise de gênero e intervenções específicas

Contudo, as intervenções que são “neutras em termos de gênero” não são suficientes para instalar a igualdade de gênero na educação. A segunda parte da abordagem para matricular e manter mais meninas nas escolas é utilizar intervenções que focalizem especificamente nas meninas. Análises de alta qualidade das situações locais e nacionais da educação para meninas, ligadas a uma intervenção focalizada e a

alocação de um orçamento são fundamentais. Tais ações podem focalizar nas *próprias meninas* (por exemplo fornecendo mais vagas para meninas nas escolas secundárias), ou na transformação de “*relações de gênero*” que afetam as meninas (por exemplo, a expectativa nas comunidades das meninas que elas se casem jovens, ou metodologias de ensino que desestimula a participação de meninas na sala de aula). Mesmo onde a equidade é uma preocupação principal do governo – como em Ruanda – um risco comum é o de que a igualdade de gênero seja entendida como um assunto específico para *meninas*, e não como um conjunto mais amplo de relações que envolve a distribuição da autoridade entre os homens e as mulheres.

Nenhuma única abordagem resolverá tudo. É preciso uma variedade de intervenções e iniciativas para melhorar a educação para meninas para que elas sejam bem-sucedidas tanto na escola primária como secundária. Todos os parceiros de desenvolvimento precisam tanto de criatividade como de disciplina para realizar uma variedade de intervenções que focalizam o processo, e devem juntar estas intervenções num único plano para o setor de educação. Um leque amplo de profissionais de desenvolvimento e funcionários públicos, em níveis diferentes do sistema de cooperação devem alocar o pensamento, o tempo e os recursos financeiros necessários para promover a educação de meninas (desde projetos até textos sobre estratégias para reduzir a pobreza e dar apoio orçamentário, a partir dos governos locais até os ministérios).

É fundamental um compromisso de longo prazo com o *processo* de melhorar os resultados em termos de educação para meninas, uma vez que nenhuma único plano, intervenção ou abordagem resolverá os problemas complexos escondidos na dificuldade de meninas de se realizar. Um compromisso com a meta de longo prazo de aumentar a participação de meninas em todos os níveis do sistema educacional exigirá ajustes nas políticas, como mudanças no diário escolar para acomodar as tarefas de casa de meninas em curto prazo, mas também mudanças de atitudes, como estimular as comunidades a repensar quanto trabalho doméstico uma menina da idade escolar deve realizar.

Custos

Reduzir os custos de educação traz benefícios significativos tanto para as meninas como para os meninos, que podem ser de quatro tipos:

- Tarifas escolares diretas (tais como aquelas abolidas pelas políticas de Educação Básica Gratuita);
- Tarifas indiretas (como tarifas de Associações de Pais e Professores, bolsas para professores e tarifas de construção);

- Custos indiretos (por exemplo, despesas com sapatos e uniformes);
- Custos de oportunidades.

Entretanto, os custos da educação afetam as meninas de uma forma diferente e mudanças nos custos têm efeitos desproporcionais no acesso de meninas às escolas. A abolição de tarifas diretas muitas vezes leva a um aumento até maior nas matrículas de meninas do que nas de meninos. Custos indiretos, como roupas, segurança e transporte normalmente são mais altos para meninas, e, por isso, o acesso à escola torna-se mais difícil ainda para as meninas do que para os meninos.

O impacto do custo de oportunidade na educação é especialmente forte no caso de meninas. O custo de oportunidade se refere aos “serviços” que as famílias perdem quando uma criança se matricula na escola. É especialmente importante entender o custo de oportunidade quando os “obstáculos de entrada” das tarifas diretas e indiretas são superados. Na educação das meninas africanas incorrem custos de oportunidade especialmente altos, uma vez que a coleta de água e de combustíveis, que são tarefas que consomem muito tempo e trabalho, são normalmente realizadas por meninas na idade escolar. As meninas também cuidam de irmãos mais novos enquanto os pais trabalham e quando creches comunitárias não estão disponíveis. As meninas freqüentemente trabalham como comerciantes nos mercados locais e participam de várias atividades de geração de renda. Ademais, a epidemia de HIV/AIDS aflige as meninas de uma forma especialmente aguda. Elas não somente correm um risco maior de contrair a doença do que os meninos, mas também perdem aula muito mais do que meninos para cuidar de familiares doentes. As meninas também são vulneráveis a serem abusadas durante tanto no caminho para a escola como na própria escola. O casamento precoce e o preço da noiva são fatores importantes na vida social de muitas comunidades africanas. Por exemplo, na maior parte do Sudão, quanto mais educação uma menina tenha menor o seu preço para casar, o que gera custos significativos de oportunidade para os pais.⁹

Abordar as causas destes altos custos de oportunidade decorrentes de matricular as meninas na escola é um processo complexo, por que estes custos surgem de relações entre homens e mulheres fortemente enraizadas, que são específicas tanto para as comunidades locais, como para a economia mais ampla. É necessário realizar intervenções que não são somente diversas e amplas mas também dirigidas pela participação e pela inclusão das comunidades.

Alguns exemplos de tentativas bem sucedidas incluem as escolas comunitárias, que fornecem educação durante uma jornada escolar curta organizada ao redor das responsabilidades domésticas das meninas junto com um trabalho de *lobby* com a comunidade sobre o

valor da educação de meninas; o fornecimento de programas de educação infantil, creches, e outros programas que diminuem a responsabilidade de cuidar de crianças para meninas da idade escolar; o fornecimento de fontes de água e combustíveis que não precisam de muitas horas de trabalho das meninas; bem como outras iniciativas para poupar trabalho ou gerar renda. No longo prazo, é necessário mudar as condições dos mercados formais e informais de trabalho, estabelecer igualdade de renda e de condições de trabalho, e, desta forma, mostrar que as meninas escolarizadas de fato conseguem rendas maiores e melhoram a sua qualidade de vida.

Melhorando a qualidade da educação para as meninas na África

Melhorar o acesso inicial de meninas à educação primária e secundária – da forma mais óbvia ao reduzir os custos de frequentar a escola – representa um passo importante na direção certa. Muitos países africanos ainda estão tentando resolver como tornar o acesso à educação mais acessível a todos. A questão de manter as meninas nas escolas para completar o primeiro e segundo graus é outra questão. Completar a formação muitas vezes se relaciona à qualidade da escola. O conceito de qualidade engloba vários temas, inclusive a metodologia e o estilo do ensino, o currículo, a infraestrutura escolar e os materiais didáticos, a administração da escola e a participação da comunidade.¹⁰

Em alguns países, várias iniciativas já melhoraram a qualidade das escolas e contribuíram para um aumento nas taxas de formação de meninas. Porém, sem uma análise mais sistemática não é possível generalizar sobre eficácia, acessibilidade e relevância em diversos contextos.

Estas iniciativas incluem:

- Assegurar que as taxas de matrícula e permanência de meninas sejam incluídas nos critérios de avaliação, tanto de escolas, como de pessoal;
- Integrar a conscientização sobre gênero no treinamento de professores tanto para treinamento pré-serviço, como para treinamento em-serviço junto com avaliações;
- Adotar currículos escolares e materiais didáticos que reconhecem as necessidades tanto de meninas como de meninos;
- Providenciar banheiros separados e infraestrutura adequada;
- Combater a violência de gênero e assédio sexual e reformar as políticas em relação ao acesso à escola de mães adolescentes.
- Empregar mais professoras em áreas rurais;

- Permitir acesso preferencial e deixar meninas passar de ano automaticamente.

Recomendações

Não há uma solução única para o problema de matricular e manter as meninas nas escolas. As estratégias variarão de um país para outro dependendo de se o país já atingiu a educação primária universal, se tem um compromisso político forte com a igualdade de mulheres, e/ou se tem uma capacidade administrativa relativamente consolidada. No nível mais geral, entretanto, é necessário, em todos os países, uma abordagem dupla à promoção da educação de meninas, que inclui melhorar o acesso e a qualidade para todas as crianças bem como programas específicos. Os países precisam também melhorar o sistema educacional geral, inclusive planejamento a partir das evidências, sistemas adequados de financiamento e orçamentos saudáveis, barreiras mínimas ao acesso e atenção à qualidade.

Os governos devem abordar as questões de acesso e qualidade, e:

- Assegurar gastos suficientes na educação primária e secundária;
- Educação básica gratuita no ponto de entrega do serviço e a abolição de custos (tarifas diretas e indiretas e custos de oportunidade).
- Fornecer uma quantidade suficiente de escolas fisicamente acessíveis;
- Garantir que as turmas não sejam demasiado grandes e que a remuneração dos professores seja razoável;
- Apoiar e promover iniciativas específicas para as meninas de famílias mais pobres e de áreas rurais;
- Considerar a igualdade de gênero como dimensão integral do ensino e da aprendizagem.

As ONGs podem promover as estratégias governamentais para:

- Assegurar que as iniciativas específicas não sejam “ilhas de excelência”, mas sejam integradas aos planos de educação;
- Providenciar monitoramento e coleta de informações de boa qualidade em nível local, afim de desenvolver políticas de educação de boa qualidade e práticas que tratem meninas e meninos como iguais;
- Realizar campanhas para uma variedade de abordagens que focalizam o processo e têm custo razoável;

- Pensar em alocar tempo e recursos financeiros necessários para promover a educação de meninas;
- Monitorar o progresso dos governos por meio de instrumentos específicos, como orçamentos que refletem as necessidades diferentes de meninas e meninos, ou GEEIs em nível regional.

Notas

¹ E. Kane, May (2004) *Girls' Education in Africa: What Do We Know about Strategies that Work?*. Africa Region Human Development Working Paper Series. Washington, DC: World Bank.

² E. Unterhalter, E. Kioko-Echessa, R. Pattman, R. Rajagopalan, N'Jai, Fatmatta (2005) 'Scaling up Girls' Education: Towards a Scorecard on Girls' Education in the Commonwealth'. London: Beyond Access Project.

³ Estas taxas são "taxas brutas de matrícula." As taxas brutas de matrícula podem exceder 100 % por incluir alunos mais velhos do que a idade escolar que ainda freqüentem a escola primária. As taxas líquidas de matrícula incluem somente alunos na idade escolar e não podem exceder a 100 %.

⁴ UNESCO (2003) *Gender and Education for All – The Leap to Equality*, EFA Global Monitoring Report 2003/4. Paris: UNESCO.

⁵ Ver N. Diop, (2004) 'Gender Budgeting in Education Ministries: Case study of the Rwandan Ministry of Education', Beyond Access Seminar 3 www.ioe.ac.uk/efps/beyondaccess; J. Kirk, (2004) 'Teachers Creating Change: Working for Girls' Education and Gender Equity in South Sudan', *Equals* Newletter 8, September; D. Mazurana, 2004, 'Reintegrating Girls from Fighting Forces in Africa' ID21 *Insights*, Issue 3.

⁶ E. Kane, *Ibid*.

⁷ Ver *Paper 7* desta série, 'Orçamento Responsivo ao Gênero para Educação'. Oxford: Oxfam GB.

⁸ "Neutro em termos de gênero" é o termo mais freqüente na literatura para referir-se às intervenções que não fazem provisões explícitas para meninos e meninas. Porém, "cego a gênero" é um termo mais correto para intervenções que não são específicas.

⁹ Por contraste, em muitas partes da África meridional, uma menina mais escolarizada tem um preço de noiva mais alto do que uma menina com menos educação.

¹⁰ Ver o *Paper 1* nesta série, "Além do Acesso para as Meninas: Como alcançar a Educação de Qualidade com Equidade de Gênero". Oxford: Oxfam GB.

Foto da Capa: Sheila Aikman, Oxfam GB

© Oxfam GB, December 2005

Este artigo foi elaborado para o Projeto Além do Acesso e adaptado por Sam Gibson de "Girls' Education in Africa: an Overview of "What Works", um *paper* sobre o contexto para *Girls' Education: Towards a Better Future for All*, DFID 2005. Faz parte de uma série de artigos escritos para informar sobre o debate público sobre questões de desenvolvimento e humanitárias. O texto pode ser usado gratuitamente com os objetivos de *advocacy*, campanhas, educação e pesquisa, desde que as fontes sejam mencionadas por completo. O detentor dos direitos de cópia requer que todo uso seja registrado com o objetivo de avaliação de impacto. Para copiar em quaisquer outras circunstâncias, ou para reutilização em outras publicações, ou para tradução ou adaptação, a permissão deve ser garantida e uma taxa poderá ser cobrada. E-mail: publish@oxfam.org.uk.

Para mais informações sobre Projeto Além de Acesso, acesse:
www.ioe.ac.uk/efps/beyondaccess

Para comentários sobre as questões levantadas neste artigo, por favor envie um e-mail para:
beyondaccess@oxfam.org.uk

Outros documentos desta série podem ser encontrados em:
www.oxfam.org.uk/what_we_do/issues/education/gender_education.htm

Oxfam GB

A Oxfam GB é uma organização humanitária de desenvolvimento e campanhas que trabalha com outros para encontrar soluções duradouras para a pobreza e o sofrimento pelo mundo. A Oxfam GB é membro da Oxfam Internacional.

Oxfam House
John Smith Drive
Cowley
Oxford
OX4 2JY

Tel: +44.(0)1865.473727
E-mail: enquiries@oxfam.org.uk
www.oxfam.org.uk